

O discurso cultural e ambientalista
das comunidades de pescadores caiçaras
na luta pela terra: uma análise histórica
do conflito ambiental no canal de Bertioga,
na Baixada Santista

Carlo Romani¹

Localização geográfica e atividade econômica
das áreas de conflito²

Na macroárea do estuário de Santos, localizam-se diversos terminais portuários, depósitos de combustível, áreas de armazenamento de produtos tóxicos usados pelas indústrias petroquímicas, siderúrgicas e de fertilizantes situadas ao longo do canal de Santos e no polo industrial de Cubatão. Há estudos extraoficiais indicando que a capacidade de suporte à contaminação química desse ecossistema continental-marinho já teria ultrapassado o limite de saturação desde a década de 1990³. O relatório técnico CETESB (2001),

-
- 1 Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: caromani@ig.com.br
 - 2 Ver Mapa Anexo I. Áreas de conflito: 41 – Ilha Diana; 64 – Conceiçãozinha; 65 – Pouca Farinha; 76 – Prainha Branca e Sítio Cachoeira; 92 – Monte Cabráo.
 - 3 Estudo reservado, realizado a pedido da CODESP, órgão gestor do Porto de Santos, pela equipe técnica do Instituto de Oceanografia da USP, coordenada pela Profa. Yara Schaeffer-Novelli, em 1992.

último relatório a divulgar publicamente o levantamento das principais áreas contaminadas com alto nível de toxidade na região da Baixada Santista, mostrou que vários pontos de observação continuam mantendo índices de contaminação do solo e das águas muito além dos limites permitidos⁴. Trata-se, portanto, de uma região com um passivo ambiental enorme, ainda pouco recuperada pelos agentes poluidores, e com grande potencial para o incremento dos graves problemas existentes devido à contínua expansão portuária e industrial.

Nesse mesmo entorno geográfico, ainda convivem comunidades de pescadores herdeiras da antiga cultura caiçara da costa paulista junto a outras comunidades urbanas de baixa renda. No que tange às populações de pescadores, além do tradicional liame existente com o território, a manutenção das antigas atividades pesqueiras de subsistência deve-se ao fato de que “os sistemas estuarinos, recebendo um aporte rico em matéria orgânica da drenagem continental e do próprio mangue, e estando em comunicação com o oceano através do movimento das marés, constituem viveiros naturais de inúmeras espécies de pescado” (Diegues, 1983, p. 114-16). A importância do manguezal não é somente ecológica, já que ele apresenta condições propícias para alimentação, proteção e reprodução de muitas espécies marinhas, mas também socioeconômica, beneficiando diretamente, através da produtividade pesqueira (peixes, caranguejos, camarões e ostras), as populações que dele dependem (Schaeffer; Novelli, 1992). Os peixes, junto à banana e à farinha de mandioca, constituem tradicionalmente a base da dieta das populações caiçaras (Hanazaki, 2001). Especificamente para as populações moradoras em áreas de mangue, segundo o depoimento de pescadores locais, também o siri e os mariscos complementam a dieta. Assim, a manutenção de uma atividade pesqueira, em alguns casos ainda familiar, além de fornecer a base diária de proteínas da dieta, gera também uma receita extra com a venda a bares, restaurantes, ou diretamente aos turistas, incrementando o escasso orçamento doméstico.

Apesar da intensa urbanização da área do estuário provocada pela atividade portuária e industrial, e da crescente urbanização da faixa do canal de Bertioega devido à especulação imobiliária promovida pela indústria do turismo, ainda persistem nessa região alguns enclaves formados por pequenas

4 Ver Mapa Anexo II.

comunidades pesqueiras. Do ponto de vista econômico, essas vilas ainda mantêm áreas de pesca que podem ser consideradas como pertencentes à pequena produção mercantil, com os pescadores trabalhando em um regime que varia entre a pequena produção familiar e a artesanal, considerando-se a classificação proposta por Diegues (1983, p. 148-56). Esse mesmo autor entende ser essa uma forma de produção articulada a outras modalidades, fazendo com que algumas relações produtivas artesanais mantenham-se ainda compatíveis com o capitalismo, mesmo que subordinadas a ele (Diegues, 1983, p. 204). Essa ocupação econômica não é exclusiva, pois nos núcleos comunitários estudados, encontra-se o emprego de trabalhadores assalariados no regime da grande produção pesqueira, e o trabalho, também fora das vilas, em empregos ligados à atividade portuária de pequeno porte (marinas e estaleiros) e outras atividades de serviços.

Uma pesquisa publicada em 1989 já apresentava essas características econômicas e os problemas enfrentados pelas comunidades de pescadores dos canais de Santos e de Bertioga. Os pescadores ainda mantinham livre acesso aos recursos naturais; membros da família desenvolviam atividades complementares, habitavam locais próximos a serviços públicos, sofriam a interferência direta do turismo e bastante também com a poluição das indústrias (Ribeiro Neto & Oliveira, 1989, p. 47-8). Em todas as vilas de pescadores pesquisadas para este trabalho, ainda se encontram esses mesmos elementos comuns, além de também se manterem as formas de produção descritas por Diegues, em maior ou menor grau. A pesca artesanal continua sendo uma das principais atividades econômicas exercidas pelos moradores em seus territórios, ainda pouco utilizados como atrativo turístico. Entretanto, essa avaliação não desmerece a consideração de que a maior parte do sustento das famílias moradoras nessas comunidades deve-se a trabalhos efetuados em locais distantes de sua área de moradia e em atividades econômicas distintas da pesca e ligadas ao porto, às marinas, ao turismo e a ocupações diversas do setor de serviços.

A constituição histórica das comunidades caiçaras

O forte impacto migratório ocorrido após a década de 1950, protagonizado pelo fluxo de pessoas de procedência distante da área geográfica

de influência caiçara⁵, não descaracterizou completamente a ocupação histórica dessas vilas de pescadores. O povoamento caiçara dessa região em estudo remonta ao século XIX, quando do estabelecimento das famílias mais antigas, “formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos” (Diegues, 2002, p. 40). No caso específico da costa santista, há a peculiaridade de uma herança étnica de origem africana bastante significativa nas populações tradicionais, devido à presença desde o período colonial de vários quilombos nas encostas da Serra do Mar. Um trecho específico dessa conformação montanhosa, inclusive, denomina-se Serra do Quilombo. O Rio Quilombo deságua no estuário de Santos e, junto aos rios Jurubatuba e Jaguareguava, forma cursos que mantiveram formações de quilombos com a presença de milhares de escravos fugidos assentados em suas áreas de vale durante os séculos XVIII-XIX (Souza, 1937). A herança étnica de origem europeia, ao longo de toda a costa sul e sudeste brasileira, provém, principalmente, de colonizadores portugueses das ilhas de Açores e da Madeira, e de espanhóis das Ilhas Canárias, estabelecidos no litoral norte de São Paulo (particularmente em Ilhabela), portanto, uma herança de origem ibérica (Mussolini, 1980; Marcílio, 1986). A influência indígena remonta ao início da conquista portuguesa (Madre de Deus, 1975). Durante os séculos XVI e XVII, houve a redução dos nativos habitantes dessa porção da costa através do aparato religioso-militar português com o aldeamento dos índios “amigos” *Tupiniquim*, *Guaianá* e *Carijó* (Prezia e Hoornaert, 1944), além do contato com os *Tupinambá*, gentio bravo combatido pelos portugueses até sua dizimação (Maestri, 1993). A esses grupos centenários, somou-se a circulação de outros índios do interior, trazidos, inicialmente, da escravidão imposta pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII. A partir do final do século XVIII, esse movimento migratório continuaria com a movimentação de índios *Guarani*, dos grupos *Ñandeva* e *Mbyá* (Ladeira & Azanha, 1988). Essa circulação indígena que adentrou o século XX levou à constituição de aldeamentos *Guarani* ao longo de toda a Serra do Mar paulista.

5 Segundo Diegues e Arruda (2001), a cultura caiçara desenvolveu-se, principalmente, na região costeira que vai de Florianópolis (Santa Catarina) à divisa do estado do Rio de Janeiro com o Espírito Santo.

Os deslocamentos migratórios locais

Contudo, essa formação étnico-cultural histórica descrita acima não pode ser delimitada territorialmente nem definida exclusivamente em relação à genealogia apresentada, não nos permitindo estabelecer uma identificação das atuais populações como sendo herdeiras diretas dessa mistura étnica. A começar, porque a própria constituição histórica das vilas de pescadores recebeu o aporte de sucessivos deslocamentos locais, um fluxo populacional motivado pela intensa pressão econômica exercida pelo avanço da especulação imobiliária sobre as áreas costeiras, somada à crescente migração interna (regional e inter-regional) ocorrida durante todo o século XX. Os deslocamentos de caráter local resultaram da peregrinação por novas áreas propícias à pesca e à agricultura tradicional, realizada desde a segunda metade do século XIX pelas populações caiçaras da região da Baixada Santista. Uma movimentação em parte motivada por uma dinâmica relativa à própria expansão familiar e, em outras circunstâncias, uma migração forçada quando algumas famílias de caiçaras se viram obrigadas a deixar seus locais de origem para constituírem moradia nos sertões próximos à Serra do Mar, junto às beiradas do estuário ou sobre as áreas de mangue, devido à especulação imobiliária para a ocupação da costa⁶.

Uma das poucas vilas cuja constituição inicial originou-se de uma migração não forçada pela especulação imobiliária é a comunidade da Prainha Branca, no município de Guarujá. Na área da comunidade, adjacente à entrada do canal de Bertiooga, apesar de mal conservados, ainda resistem três patrimônios históricos datados da América portuguesa: as ruínas do Forte São Felipe, levantado antes de 1570, provavelmente de 1553 (Katinsky, 1999); as ruínas da Ermida de Santo Antônio do Guaibê, cujas fundações datam de 1560; e as da Armação das Baleias, cujo início dos contratos data de 1748 (Ellis, 1969). A extração do óleo de baleia no período colonial foi uma atividade que se desenvolveu em toda a costa brasileira, havendo dois centros dessa indústria na região de Santos. Um deles encontrava-se numa

6 Segundo censos do IBGE, o município de Guarujá contava com 13.203 habitantes em 1950; passou para 40.071 em 1960; 94.906 em 1970; 150.347 em 1980; 208.818 em 1990; 265.155 em 2000. O número de domicílios fechados, que servem de base para o cálculo da população flutuante, passou de 10% na década de 1950 para 50% na atual década (SILVA, 2000).

área hoje incorporada à comunidade da Prainha Branca, causando, enquanto durou a contratação, um pequeno povoamento na ponta extrema do canal. Essa ocupação anterior não teve continuidade nem se estendeu até a praia, para onde se deslocou o povoamento atual. Os primeiros moradores definitivos dessa comunidade, caiçaras lavradores e pescadores, remontariam ao início do século XX (Tulik, 1981). A tradição caiçara ainda se encontrava fortemente visível na década de 1970, no período de pesquisa de campo realizada por Olga Tulik, sobretudo na distribuição das habitações em meio à vegetação espontânea e entre as árvores frutíferas plantadas. A maior parte dos moradores atuais descende de caiçaras provenientes de localidades do litoral norte do estado. Através das lembranças dos moradores mais antigos, formou-se a memória histórica da comunidade, com a crença de que as primeiras famílias estabelecidas seriam naturais da Ilha do Monte de Trigo e teriam migrado para essa praia no início do século XX, influenciando decisivamente o seu povoamento⁷. Ainda através dessa pesquisa, é possível perceber que vários dos moradores ali estabelecidos tiveram como razão da mudança a perda do terreno onde viviam, sendo seis moradores provenientes da praia vizinha de Iporanga, cuja área foi incorporada, durante a década de 1970, para a construção de um extenso condomínio com acesso fechado à praia, tornando-se pivô de um conflito fundiário e ambiental ainda pendente judicialmente.

Na mesma região da Serra do Guararu, denominação de toda a extensão norte da ilha de Santo Amaro, no município de Guarujá, na vertente voltada para o canal de Bertioiga, encontra-se outra comunidade tradicional. Denominada Sítio Cachoeira, seus primeiros moradores, pescadores e plantadores de cana, banana e cacau, remontariam ao ano de 1874 (Miranda, 2004). O então proprietário da área, Gabriel Bento de Oliveira, cedeu o uso da terra em regime de comodato em troca do trabalho nas referidas plantações⁸. Durante o século XX, a comunidade foi se ampliando com a migração de pescadores de outras localidades, como, por exemplo, o caso da família de Sidney Bibiano, ex-presidente da Sociedade

7 Ilha oceânica na altura da divisa entre os atuais municípios de Bertioiga e São Sebastião.

8 Conforme 2º Cartório de Notas e Ofício de Justiça, Santos, Livro 21, Folha 27 (11/04/1976). Antes do registro foi realizada a reportagem “Cachoeira e Buracão com novas escolas”. *Diário de Santos*, 10/03/1963.

de Melhoramentos Amigos da Cachoeira⁹. A família Bibiano, provinda de Ubatuba, reside no mesmo local desde 1934, conforme registro na carteira de pesca do pai de Sidney, já falecido. Várias das famílias mais antigas ali residentes são descendentes de famílias de pescadores também vindas de outros municípios do litoral norte paulista. Entre as décadas de 1930 e 40, boa parte das famílias dedicou-se à exploração de carvão para o abastecimento do Porto de Santos, existindo ainda vestígios de carvoarias desativadas na região. Na década de 1950, quatro indústrias de enlatamento de sardinha estabeleceram-se nas margens do canal de Bertiooga, absorvendo parte da oferta de mão de obra local, mas todas foram desativadas nos últimos trinta anos. Após essa ocupação agressiva ao ambiente, houve uma contínua recuperação da mata no entorno, que atualmente encontra-se em estado adiantado de regeneração. A pesquisa feita por Ribeiro Neto, em 1989, mostrou que, naquela época, apenas alguns pescadores mais velhos dedicavam-se à pesca do peixe e do camarão, enquanto os mais novos faziam a coleta de ostras com equipamentos de mergulho ao longo do canal. Atualmente, a atividade pesqueira diminuiu significativamente, e encontramos apenas os moradores mais velhos sobrevivendo da pesca e da coleta do marisco de mangue, enquanto os mais jovens trabalham como empregados no setor de serviços¹⁰. Nessas duas comunidades, já se constata a existência de um deslocamento local de residentes vindos de outros bairros de Guarujá e de Bertiooga, fato que vem aumentando desde a década de 1990.

Longe de ser um movimento espontâneo de migração, geralmente essa transferência de moradia dá-se devido a elementos exteriores às próprias famílias. A pressão pela desocupação de áreas tomadas por pescadores cuja posse perde-se na história é fato recorrente em toda a costa brasileira. Nessa porção do litoral, o processo de tomada das áreas mais valorizadas por empreendedores imobiliários não foi diferente. Alguns relatos antigos já falavam desse difícil passado vivido e denotam a nostalgia em relação a esse mesmo passado perdido:

9 Depoimento dado ao autor em 27/06/2005.

10 Em várias conversas com o oceanógrafo Fabrício Gandini, do Instituto Maramar (<http://maramar.org.br/>), foram obtidas informações sobre a história de ocupação da região e o uso atual dos recursos naturais por parte dos pescadores.

Naquele tempo [...] a gente mesmo fazia as redes de pescar; as embarcações eram só a remo. [...] Depois das pescarias, bem de madrugada, saíamos lá de casa, eu e os companheiros, numa escuridão danada e pegávamos o trenzinho pra levar os peixes até Itapema, e de lá pegar as canoas pra ir vender o peixe no mercado em Santos.

A narrativa acima, relatada pelo “seu” Edegar à Baronesa Esther Karwinsky no ano de 1971, revela um pouco do antigo cotidiano caiçara em Guarujá, já praticamente extinto. Esse pescador é apenas mais um dos personagens representativos desse fluxo migratório local. Tendo nascido em Boiçucanga (município de São Sebastião), migrou com os pais para a Ilha de Santo Amaro e estabeleceu-se na Praia do Guaiuba, atualmente ocupada por casas de veranistas. Em seu extenso trabalho de pesquisa sobre o folclore da Ilha de Santo Amaro, a Baronesa recolheu várias narrativas de pescadores contadas quando ainda havia estreitos laços culturais entre os moradores das cidades de Santos e Guarujá com as populações herdeiras da antiga cultura caiçara da costa paulista. Karwinsky é uma referência obrigatória para o estudo da memória dos pescadores locais.

Nessas narrativas, relatando os contos populares da Ilha, surgem vários elementos confirmando a contínua desocupação dos terrenos da costa por parte das famílias de pescadores, geralmente com táticas ameaçadoras, contestando a legitimidade da posse da terra ou, no limite, usando o emprego da força física. A folclorista, ao traçar a trajetória de um de seus narradores, comenta a dura transformação urbana trazida pelo avanço implacável da especulação imobiliária sobre a orla: “e assim, coagido a vender o terreno onde residia por quantia irrisória Edegar foi para o bairro de Vila Zilda” (Karwinsky, 1999, p. 10).

Em outro caso, Marlene Reis Rodrigues, viúva de um pescador e dona de uma barraca de peixes e mariscos, conta que

por volta de 1972, o prefeito da época mandou expulsar os pescadores da Praia do Perequê, ameaçando derrubar com tratores as barracas de quem não saísse. O Capitão dos Portos atendeu com gentileza, mas informou não se tratar de medida sua, mas da prefeitura do Guarujá. No fim, nada conseguimos e tive de arrumar a tralha e mudar para um terreninho na Vila Zilda.¹¹

11 Depoimento dado em 07/02/1990 (Karwinsky, 1999, p. 24).

A gestão municipal de então procurava urbanizar a Praia do Perequê, transformando-a em um terminal turístico para visitantes; assim, precisava desalojar as famílias de baixa renda que viviam à beira-mar. Esses não são os únicos relatos sobre a saída de pescadores instalados nessa parte da costa paulista, relatos que nos remetem à época em que se consolidou a expulsão dos velhos habitantes da costa de suas antigas moradias nas atraentes praias de Santos e Guarujá. Uma saída forçada, que levou à transformação paisagística da orla marítima, dando lugar a um tipo de desenvolvimento econômico de qualidade estética questionável com a construção de arranha-céus que cobrem o sol nas praias durante o período da tarde.

A migração inter-regional

Além dos deslocamentos locais que estão na base do processo de transformação das antigas comunidades caiçaras, temos, também, uma migração inter-regional. O primeiro fluxo migratório constante de caráter inter-regional remonta à virada do século XIX para o XX, inicialmente ainda dentro da área de influência da cultura caiçara, quando “os sulinos, de origem portuguesa, oriundos do Estado do Paraná, instalaram-se especialmente na Praia do Perequê, Santa Cruz dos Navegantes, Conceiçãozinha, e Praia do Tombo”, no município de Guarujá (Karwinsky, 1993). Alguns depoimentos relatam a existência desse movimento migratório de pescadores de outros municípios do litoral norte (São Sebastião e Ilhabela) desde fins do século XIX.¹²

Num segundo momento, houve uma mudança da área de procedência dessa migração costeira e o fluxo foi protagonizado, principalmente, por levas de migrantes vindos de diversos estados do Nordeste brasileiro e de Minas Gerais, atraídos pelo *boom* da construção civil empreendido pela indústria do turismo doméstico. Durante os anos sessenta, setenta e início dos anos oitenta, foram esses migrantes provenientes do êxodo rural que começaram a ocupar a região. Já a partir de meados da década de 1980, há

12 Essas informações foram recolhidas pela Baronesa “em 18.06.77, em visita à Praia de Santa Cruz dos Navegantes, [...] esta versão nos foi confirmada por Maria Verônica de Jesus, senhora de 107 anos na época, ainda muito lúcida” (Karwinsky, 1999, p. 14).

uma terceira mudança no fluxo dos novos habitantes, sendo estes, em sua maioria, pessoas já estabelecidas na região e que interromperam sua trajetória errante pelo país fixando-se nas pequenas comunidades pesqueiras existentes, transformando-as e, em muitos casos, descaracterizando-as quase completamente. O pescador Newton Gonçalves, nascido em 1950, na vila de Conceiçãozinha, no canal de Santos, e que acompanhou todo esse processo histórico de ocupação, arrisca-se a fazer quase que uma breve análise sociológica dessa transformação:

São pessoas desempregadas que vêm fugir do aluguel, são pessoas, principalmente de Vicente de Carvalho, diferentemente de até a década de 70, que eram pessoas do Nordeste, que fugiam pra cá, mas era uma mini-ocupação. De 90 pra cá, já é uma ocupação do próprio município ocasionada principalmente pela falta de dinheiro, e vão para as áreas de mata.¹³

Até a chegada desse último fluxo migratório, anterior aos anos noventa do século passado, essa migração continuada não chegou a descaracterizar totalmente a atividade econômica dos moradores mais tradicionais, mesmo porque a exploração dos recursos naturais foi incorporada por boa parcela da população migrante (Ribeiro Neto & Oliveira, 1989, p. 21-3). Contudo, mais recentemente, a explosão demográfica em algumas vilas de pescadores, causada por um intenso trânsito doméstico de pessoas, a maioria já protagonista de uma migração anterior sem nenhuma vinculação com o meio, provocou um estranhamento dos antigos moradores vinculados às atividades marítimas em relação ao modo de vida dos moradores mais recentes, ainda pouco inteirados com a vida caiçara, como se observa pelo depoimento a seguir:

E a maioria desse mangue aqui, é tudo nortista. Então é aquele pessoal que não está nem preocupado com o lixo... Por exemplo; você não deixa juntar lixo nem mato em frente a sua casa. Se você vê o matagal, você vai dar um jeito de limpar. Pra eles não. Tanto faz como fez. Tem um barraco, que tem a caçamba de lixo aqui. Você tenho certeza que pegaria o lixo, e traria aqui, e colocaria na caçamba. Eles não. Abrem a janela e jogam no rio. São pessoas que não tem compromisso com nada daqui. Essa é que

13 Newton Gonçalves, depoimento dado a Carlos Eduardo Vicente (2002).

é a verdade. Não tem vínculo nenhum. Simplesmente achou a moradia, onde não paga água, onde não paga luz, onde não paga IPTU. (Mo.)¹⁴

Para a assistente social Andréia Estrella, essas opiniões emitidas por alguns caiçaras não podem ser entendidas apenas como um fenômeno xenofóbico, discriminatório e pejorativo em relação aos “nordestinos”. Segundo a autora, que conviveu vários anos com os pescadores de Perequê, eles teriam a compreensão de que a migração por si só não é a responsável pela descaracterização do meio, mas apenas um dos efeitos provocados pelo avanço das relações capitalistas sobre os elos mais fracos da sociedade (Estrella, 2004, p. 60-4). A autora do estudo justifica seu argumento ao mostrar que no convívio cotidiano na Vila do Perequê não só não existem divisões em guetos, como também há uma miscigenação entre as famílias provindas de diferentes regiões do país. De todo modo, estamos muito longe de comunidades sem conflitos de interesses, um fenômeno que, como veremos, permitirá a penetração dos interesses especulativos, aumentando as divisões internas nas comunidades.

Assim, resumindo, poderíamos caracterizar três distintos processos de migração, não exclusivos e, em alguns casos, ocorrendo simultaneamente. O primeiro povoamento que levou à fundação dessas vilas de pescadores foi resultado de uma migração de caráter local, às vezes espontânea, perseguindo novos espaços para a realização da atividade econômica, e outras vezes forçada, provocada pelo aumento do interesse especulativo sobre os terrenos da zona costeira. Um segundo movimento migratório, aqui denominado de regional e inter-regional, foi caracterizado pela migração de pescadores e habitantes dentro da área de influência da cultura caiçara, desde Santa Catarina até o Rio de Janeiro. O último fluxo migratório, a partir da década de 1960, teve como principal motivo o aumento da especulação imobiliária nas praias paulistas, insuflada pela indústria do turismo doméstico, e que atraiu a vinda de migrantes de várias regiões do país, particularmente de estados do Nordeste. Com o fim dessa atração econômica, a partir da década de 1990, retornam os trânsitos locais, agora protagonizados já não mais por famílias de pescadores, mas pelos descendentes das últimas gerações de

14 Depoimento dado por um morador da Vila do Perequê, em Guarujá, a Andréia Estrella, que omitiu o nome deste.

migrantes provenientes dos bairros mais pobres da região, e que passam a ocupar terrenos em áreas de mata e de mangue, alargando as antigas áreas mais restritas e ocupadas pelas vilas de pescadores. Com toda essa mistura étnica e cultural, seria ainda possível falar em pescadores artesanais e, ainda mais, em caiçaras?

Ainda existe a cultura caiçara?

Toda essa genealogia traçada, em parte relativa a uma origem remota, que, além de tudo, muito dificilmente pode ser precisada, não é o meio pelo qual se procura caracterizar a permanência no presente de elementos da antiga cultura caiçara no entendimento das próprias populações. Para se compreender o que leva os descendentes atuais dessas populações a se reconhecerem como caiçaras, é necessário ultrapassar os critérios étnicos da ancestralidade. Entre os habitantes das vilas de pescadores, o pertencimento a essa cultura é dado, principalmente, por uma atualização e reinvenção dos costumes e das tradições herdadas através da atividade produtiva (Diegues & Arruda, 2001). O efetivo pertencimento a uma comunidade caiçara não se explica pelo estudo da composição étnica de sua população, mesmo que ela ainda possa estar relacionada àqueles traços étnicos historicamente determinados. O que permite a essas comunidades de pescadores reclamarem para si o rótulo de caiçaras é a manutenção de alguns costumes produtivos, artísticos e alimentares que, somados a uma revitalização das festas mais tradicionais, mantêm nessas populações uma relação de interdependência e o vínculo com o espaço habitado. Durante o seu convívio com o mundo caiçara, Kilza Setti teve a impressão de que havia uma consciência grupal garantindo a preservação da herança cultural tradicional (Setti, 1985, p. 37). Porém, não basta somente ter nascido no litoral para que o morador possa ser considerado um caiçara pela própria comunidade; é necessário partilhar saberes e técnicas dessa cultura. De outro modo, segundo um pescador de Ubatuba, seria dizer que

alguém lá da cidade fala 'Eu vou lá pra terra dos caiçara comer um azul marinho', chega aqui e pergunta pra uma pessoa que está morando, que é

um caiçara, fazer um azul marinho e ele não sabe aprontar, ela praticamente não é um caiçara, assim dos legítimo.¹⁵

O folclore caiçara é muito rico, particularmente as festas religiosas (Diegues, 1983, p. 225-7) que, apesar da intensa urbanização por que passou a região da Baixada Santista, ainda persistem em todas as vilas de pescadores. Todo ano, em agosto, a festa religiosa em homenagem a Bom Jesus é a grande celebração realizada na Ilha Diana, vila de pescadores sediada na junção do canal de Bertioga com o canal de Santos, cuja procissão marítima e apresentação da Congada são realizadas anualmente com muita expectativa pela comunidade local. Folguedos de origem religiosa, como a Folia de Reis, continuam sendo praticados pelos moradores da Prainha Branca com a tradicional distribuição de doces às crianças. Na praia do Tombo e do Guaiuba, em Guarujá, a procissão de São Pedro, padroeiro dos pescadores, ainda se realizava até meados da década de 1980, seguida de uma procissão de barcos e canoas. Recentemente, essa festa do padroeiro voltou a ser comemorada pela colônia de pescadores da Praia de Perequê numa tentativa de retomar esse elemento do folclore regional caiçara. Em Santa Cruz (ou Pouca Farinha, vila de pescadores em frente à baía de Santos) persiste a tradição em louvor de Nossa Senhora dos Navegantes, com a procissão marítima anual. O fandango, moda de origem portuguesa ao ritmo da viola, da caixa e da rabeça, após ter quase desaparecido do cenário cultural, foi sendo retomado por grupos de jovens moradores, tanto da vila de Pouca Farinha como de bairros de Vicente de Carvalho (distrito industrial e portuário de Guarujá), e reincorporado ao repertório musical local. A tradição do pasquim, um tipo de cordel caiçara, foi revitalizada em contato com a influência da literatura de cordel trazida pela forte migração de populações do Nordeste, berço brasileiro dessa atividade literária, mas que na Baixada Santista misturou-se aos temas tradicionais da região.

A utilização da rabeça e sua fabricação pelos músicos caiçaras remontam a uma tradição influenciada pelos colonizadores portugueses e até bem pouco tempo ainda muito usual em toda a faixa litorânea paulista. Da mesma

15 Depoimento dado a Candice Mansano (1997) por um morador da praia de Cambury, última praia de Ubatuba antes da fronteira com o estado do Rio de Janeiro. O azul-marinho é o prato mais tradicional da culinária caiçara. Prepara-se o peixe cozido junto à banana da terra que, durante o cozimento, solta uma tinta azulada que dá nome ao prato.

forma, o fandango, a dança do cateretê, derivada dessa mesma influência, também encontrada, se bem que de forma um pouco distinta, na antiga cultura caiçara do interior do estado (Candido, 2001). A Folia de Reis é tradicionalmente realizada com esses elementos musicais através da passagem dos músicos guiados pela bandeira do Divino, perfazendo um percurso pelos sítios durante toda a madrugada até o raiar do novo dia (Setti, 1985). Ao contrário da procissão marítima de Navegantes, aquela em louvor de São Pedro que, segundo Kilza Setti, não faria parte do imaginário marítimo da antiga tradição caiçara. Ela teria sido incorporada durante o século passado como influência do “catolicismo oficial”, o que denotaria, para a autora, uma circulação dos elementos culturais pertencentes aos grupos dominantes.

De todo modo, o que se percebe desde a década de 1990 é uma revitalização dos elementos pertencentes à antiga cultura caiçara e que se encontravam em fase de acentuada descaracterização. Particularmente na Baixada Santista, essa seria uma expressão cultural já tida por muitos como absolutamente perdida. Entre estes, o antropólogo Mauro Cherobin, em cuja pesquisa, efetuada nos anos de 1979 a 80, afirmou que os mais jovens tinham perdido todo e qualquer compromisso com o contexto cultural anterior (Cherobin, 1986, p. 56). Estamos muito longe de encontrar uma opinião consensual sobre o assunto. Apoiado em seu estudo sobre os pescadores de Conceiçãozinha, o historiador regional Carlos Eduardo Vicente critica essa opinião hermética quanto à manifestação de uma cultura tradicional. Para o autor, a sobrevivência de uma comunidade, ou pelo menos daqueles que herdaram a cultura caiçara, pode continuar ocorrendo, por exemplo, através da fabricação do artesanato, da memória histórica, da produção manual de suas ferramentas de pesca e da prática atual de limpeza do manguezal (Vicente, 2002, p. 59-60).

Um dos fatores, talvez o principal, que levou a essa retomada da tradição cultural local, vincula-se diretamente à luta política desenvolvida pelas associações de moradores pela manutenção e regularização da posse de suas moradias, ameaçados que estão de expulsão pelo crescimento das duas grandes atividades econômicas regionais: a indústria do turismo e a expansão portuária. Em todas as vilas de pescadores visitadas há, por parte dos mais jovens, uma preocupação em apreender e reproduzir as antigas tradições artesanais, como a produção de cestos, frasqueiras e outros apetrechos em palha, e o entalhamento de pequenas peças e móveis, atividades

praticamente abandonadas pelas duas gerações anteriores. Da mesma forma, isso ocorre com a culinária local, cujos pratos tradicionais, como tainha na brasa e azul-marinho passaram a ser oferecidos nos bares e restaurantes de alguns vilarejos, motivados pelo crescente interesse turístico existente em relação aos “últimos redutos caiçaras”. Tratou-se, portanto, de adequar uma herança cultural existente e que se encontrava um pouco adormecida, como se fosse uma qualidade a definir pejorativamente o grupo, reinventando-a, tornando-a positiva e explorando-a economicamente para atender às novas demandas turísticas criadas em busca de um passado perdido.

No tocante à atividade produtiva, a contínua expropriação das terras dos caiçaras tomadas pela especulação imobiliária promovida pelo avanço do turismo levou a maior parte da população costeira a abandonar o antigo modo de vida baseado na pesca artesanal e na lavoura tradicional. Essa transformação da relação econômica mantida com o espaço fez com que a maioria desses antigos moradores e de seus descendentes se tornassem pescadores exclusivos, muitos deles empregando-se na indústria pesqueira ou até abandonando completamente as antigas atividades econômicas (Silva, 1993). Apoiada na tese de Milton Santos (1987), para quem as relações entre cultura e territorialidade são inseparáveis, Maria Calvente (1993) procurou mostrar que a cultura caiçara ainda subsiste, apesar de todo o processo de transformação do espaço onde ela está situada. A cultura, sendo uma manifestação dinâmica, não poderia ser encontrada congelada com as mesmas características de 30 ou 40 anos atrás, exatamente por coexistirem, ambientalmente, elementos de resistência associados aos traços de conformismo. Da mesma forma, analisando o contato entre nativos e estrangeiros¹⁶, Maria Teresa Luchiari (1992) entende haver uma convivência entre uma cultura tida ainda como “tradicional”, relativa aos descendentes diretos dos antigos caiçaras, e outra “moderna”, trazida pelos novos costumes dos turistas e migrantes.

Assim, esse “resgate” da cultura caiçara que vem sendo promovido não se trata de um retorno a um modo de vida que, tanto pela herança étnica quanto pelo ponto de vista da antiga atividade econômica, efetivamente desapareceu. A retomada das antigas tradições dá-se num contexto político

16 A sociologia do turismo diferencia o nativo, habitante local, do estrangeiro, tanto o turista como aquele que migrou em função da atividade turística.

desfavorável, em que a descaracterização cultural ocorrida colocou em risco a própria sobrevivência das famílias em seu espaço de origem. Acusados de ocuparem irregularmente os terrenos em que residem, os novos caiçaras resistem à remoção, adequando-se ao novo contexto econômico e incorporando, definitivamente, o atendimento ao turista como uma atividade profissional. Veremos como essa revitalização do sentimento de pertencimento a uma cultura caiçara influenciou positivamente na construção de uma agenda política pelas comunidades. Estabelece-se, a partir desse momento, uma relação estratégica com o novo discurso ambientalista em voga desde a década de 1990.

O patrimônio natural entre o turismo e as comunidades

O eixo ao longo do canal de Bertioiga tornou-se a última área da região de Santos onde ainda se encontram ecossistemas de restinga e de manguezais com alto grau de preservação. Algumas áreas mantêm quase 90% do mangue intacto (Pozzi Neto, 1996; Rodrigues e Roquetti-Humaytá, 1988). O lado continental do canal, pertencente aos municípios de Santos e Bertioiga, inclui as vilas de Monte Cabráo e de Caruara, onde se encontra a maior parte dos ecossistemas com baixo impacto antrópico, em parte devido à proteção legal da APA/Santos. Contudo, a desregulamentação efetuada no início deste século permite, por exemplo, que haja um uso ordenado de atividades de serviços náuticos ocupando trechos das áreas de mangue lindeiras ao Monte Cabráo, o que poderá aumentar a pressão de migração já existente¹⁷.

Essa comunidade caiçara tem histórico de ocupação remontando ao final do século XIX, quando o local era habitado por produtores e comerciantes de banana, servindo, também, como ponto de parada para pescadores que, vindos pelo canal de Bertioiga, iam comercializar o pescado no mercado de Santos. Manteve-se como uma vila caiçara com laços estreitos com os moradores da vizinha Ilha Diana até o início da década de 1980, quando a inauguração do acesso rodoviário para Guarujá trouxe um aumento do

17 A vila do Monte Cabráo, dentro da Área de Proteção Ambiental de Santos, é habitada por cerca de 650 habitantes. Em 1980 tinha 80 habitantes e, em 1993, 220 (Fonte: SEPLAN/Santos, 2006).

fluxo migratório ao antigo bairro rural (Paiva, 2003). Segundo o relato de Raquel Ferreto, descendente de uma família centenária do lugar, a maioria dos moradores não tem o título de propriedade nem a posse legal das terras. Os terrenos são ocupados mediante o pagamento de aluguel aos proprietários legais, herdeiros da família Kiffer. A empreiteira Andrade Gutierrez também é proprietária de uma grande área reservada para futuro loteamento de uma marina conjugada a um condomínio de veraneio. Porém, como esse trecho do canal encontra-se distante da população veranista que gera a maior demanda por esses serviços, ainda não há perspectiva para a execução desse projeto.

Por outro lado, essa mesma atividade econômica de suporte ao turismo encontra-se amplamente desenvolvida na outra margem do canal que pertence ao município de Guarujá. Em todo o trecho norte dessa ilha, posteriormente à vila de Perequê e margeando a estrada de Bertiooga, houve a ocupação da estreita faixa de mangue por dezenas de marinas que atendem à demanda turística gerada pelos veranistas dos vários condomínios privativos instalados nessa região. O relevo que domina essa parte do território é de uma formação montanhosa longitudinal denominada Serra do Guararu, com altitude média entre 200 e 300 metros, cujas vertentes descem, de um lado para o canal e do outro para a costa atlântica. Antes da exploração dessa região com fins turísticos, os únicos moradores ali radicados restringiam-se aos habitantes das vilas de pescadores da Prainha Branca e do Sítio Cachoeira, cujo histórico de ocupação foi anteriormente descrito. Desde a década de 1990, a Serra do Guararu tornou-se o principal foco de conflito entre os interesses distintos dos moradores tradicionais, dos vários ramos da indústria do turismo e do movimento ambientalista.

O discurso ambientalista e os diferentes atores

Na região conhecida como Rabo do Dragão, resta aquele que é considerado o último maciço florestal, um conjunto de ecossistemas bastante preservado da Ilha de Santo Amaro. Não por acaso, a Serra do Guararu foi objeto de tombamento pelo CONDEPHAAT em 1992. Toda a área acima da cota 20 encontra-se sob a proteção da lei de tombamento. Segundo essa

lei, a área acima da cota 100 passou a ser de preservação permanente. Já as áreas de baixa cota, as restingas e os manguezais ao lado do canal, e os costões, praias e penhascos do lado oceânico, ficaram fora do tombamento, mas também têm seu uso restringido pela legislação ambiental em vigor. Dessa forma, o tombamento afetou de maneira distinta os interesses dos legítimos ocupantes tradicionais do território, os dos proprietários legais das terras e os dos ocupantes irregulares de algumas áreas.

Inicialmente, em relação às duas comunidades tradicionais aí estabelecidas, do ponto de vista jurídico, essa resolução discriminou-as diferentemente. Uma delas, a da Prainha Branca, foi reconhecida como comunidade caiçara e, portanto, seus moradores ganharam o estatuto jurídico de proprietários legais, passível de ser usado mediante os critérios definidos pelo tombamento. Já a outra comunidade que margeia o canal de Bertioga, a do Sítio Cachoeira, do ponto de vista legal, foi considerada uma área de ocupação irregular em área de proteção ambiental e, portanto, passível de remoção. Ambas, como vimos, são ocupações históricas centenárias, porém, no caso da segunda, nem o núcleo de habitantes mais antigos, herdeiros legais do proprietário do sítio que deu nome ao bairro, foi retirado dessa condição de irregularidade.

Quanto aos outros proprietários nessa mesma região que reclamam a titularidade das terras, o tombamento também os afetou de maneira não isonômica. Todos os ocupantes das áreas baixas ao longo da estrada que margeia o canal, casas de comércio, marinas, bares e restaurantes, apesar de muitos deles apresentarem o título de propriedade para efeito de ordenamento urbano, também tiveram suas habitações consideradas como ocupações irregulares em área de preservação permanente. De alguma forma, essas propriedades avançam sobre antigas áreas aterradas de manguezal e estão sujeitas às futuras medidas compensatórias.

É nessa região, cujo patrimônio natural é dos mais significativos, que o discurso envolvendo o meio ambiente mais se faz presente, seja através das próprias organizações ambientalistas que atuam no local, seja através das falas, desde a do mais simples pescador caiçara até a do mais determinado empreendedor capitalista. Nessa região, quase todos, independentemente de suas atividades ou posição socioeconômica, tornaram-se ambientalistas. Apesar de a questão ambiental não ser uma temática recente e de já ter havido várias iniciativas de educação e preservação ambiental, especialmente junto à comunidade da Prainha Branca, sem dúvida, somente quando as conse-

quências do tombamento foram assimiladas pelo conjunto dos moradores e dos proprietários locais é que o discurso ambientalista foi efetivamente internalizado.

A comunidade da Prainha Branca já havia antecipado a incorporação de práticas ambientais mais sustentáveis como uma necessidade fundamental para sua própria sobrevivência. Nem tanto porque o manejo inadequado dos recursos naturais de que dispõe coloca em risco a qualidade de vida do lugar e seu futuro, mas sim porque percebeu o avanço da especulação imobiliária sobre essa área que, embora de legítima ocupação histórica, poderia transformar a comunidade em mais um condomínio privativo, à semelhança daqueles já existentes nas outras praias ao pé da Serra. E assim, os moradores recorreram ao discurso, associando a cultura caiçara à preservação do meio ambiente¹⁸. Os quatro condomínios instalados dentro da área de tombamento procederam, durante sua implantação, à retirada de antigas famílias de pescadores ali residentes. Essa dinâmica fez parte do movimento de migração caiçara e muitos dos atuais moradores da Prainha Branca são provenientes da antiga praia, o atual loteamento e condomínio Iporanga. Na Serra do Guararu, restaram tão somente duas praias ainda não loteadas e que estiveram durante muito tempo sob a mira dos empreendedores imobiliários: a Praia do Camburi e a Praia Branca. Os moradores dessa última disputaram judicialmente a posse da terra com um empreendedor que reclamava a titularidade da área onde vive a comunidade. A efetivação do tombamento pôs término à disputa, impedindo a criação de novos condomínios.

Desde então, o poder público municipal nunca apresentou uma proposta para a solução dos conflitos locais e segue a reboque, ora das reivindicações dos movimentos sociais, ora das ações empreendidas pelo mercado turístico e imobiliário. Na última década, todas as estratégias para promover a exploração econômica dessa região incorporaram o discurso do desenvolvimento sustentável. Atualmente, dois diferentes programas, elaborados por segmentos distintos da sociedade, apresentam-se como sendo a melhor solução para a utilização dos recursos naturais existentes, vendendo a ideia da participação de todos os atores envolvidos em prol de um objetivo comum:

18 Esse foi o argumento mais sustentado pelo representante da Prainha Branca nos trabalhos do gerenciamento costeiro: “o caiçara sabe mais do que ninguém a importância da preservação do ambiente, pois depende dele para sobreviver”. Ver atas do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baixada Santista, SMA, Governo do Estado de São Paulo, 2003-2004 (área de conflito Prainha Branca).

a preservação com desenvolvimento. No meio desses projetos, encontram-se os moradores tradicionais.

O Programa de Gestão Ambiental, apresentado pela Fundação SOS Mata Atlântica em junho de 2001, propôs a construção de um modelo colaborativo investindo no resgate e na preservação da cultura, da história e do meio ambiente dessa área tombada¹⁹. A política de preservação proposta, resumidamente, aposta na união de propósitos entre as diferentes pessoas que interagem nesse meio: os moradores, os condôminos, os empresários e as entidades locais, especialmente as sociedades de amigos das comunidades e dos condomínios. Para Maria Luisa Ribeiro, a coordenadora atual do projeto que pretende implantar na estrada margeando o canal o conceito de “estrada parque”, a floresta da Mata Atlântica está, em sua maior parte, “sob domínio de proprietários privados e se não há o interesse por parte deles em preservar, não adianta leis, repressão ou fiscalização” (SOS MATA ATLÂNTICA, 2004). Por isso, a organização seguiu a ideia do modelo colaborativo sustentado pela participação voluntária dos moradores locais, porém mantido com recursos privados. Esse projeto, criado pela Fundação em parceria com o financiamento da SASIP, uma das entidades representativas dos proprietários de imóveis nos condomínios privados, neste caso a do Iporanga, investe no objetivo, a princípio bastante assimétrico, de uma possível conciliação entre os interesses distintos dos moradores e dos proprietários no sentido comum da preservação ambiental que interessaria a todos.

O outro projeto proposto tem um caráter mais pragmático: é direto e sem subterfúgios em seu texto. O projeto de implantação de um parque ecológico privado é a solução apresentada pela ADELG, Associação de Desenvolvimento do Leste do Guarujá, como modelo de desenvolvimento econômico da região. Os maiores empresários estabelecidos na região criaram a associação em 1992, logo após a definição do tombamento, para “representar e defender os legítimos interesses turísticos, urbanísticos, sociais e econômicos da Região e de seus associados”.²⁰ Trataram rapidamente de estudar alternativas para contornar a restrição de uso das propriedades ocasionada pelo tombamento, que praticamente inviabilizou a realização de qualquer empreendimento nas áreas acima da cota 20. O texto do projeto

19 Ver Mapa Anexo III. Projeto Guararu, coordenação de Márcia Hirota, www.sosmatatlantica.org.br

20 Artigo 2º do estatuto da ADELG.

procura mostrar para a opinião pública que “os associados da ADELG estão propondo a implantação de um modelo de desenvolvimento sustentado para a região da Serra do Guararu, porque isso evita a degradação, aumenta a qualidade de vida e valoriza os imóveis”, e assim, esses empresários, cientes de seu papel público de cidadãos e imbuídos de espírito filantrópico, “decidiram aceitar a sugestão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e criar um Parque para preservação ambiental, através da cessão de parte de suas propriedades para a implantação de uma RPPN – Reserva Privada de Patrimônio Natural”.²¹

O primeiro modelo proposto, o da gestão participativa da área tombada, acompanha uma tendência de gestão ambiental de parques e unidades similares, cuja discussão teórica travou-se na década de 1990 após um relativo fracasso na implantação de unidades de conservação ausentes de população em seu interior. A pesquisa elaborada por Lucila Vianna e Cristina Adams, tratando dos conflitos surgidos com a criação de Unidades de Conservação na Mata Atlântica, apontou para a necessidade do estabelecimento de um novo modelo de relacionamento entre os órgãos gestores e as populações locais; um modo de gestão das UCs que levasse em conta, inclusive, algum tipo de ressarcimento material aos antigos habitantes, mesmo que eles ainda pudessem permanecer no local (Vianna & Adams, 1995). As autoras sustentavam ser possível a reprodução socioeconômica e cultural concomitantemente à preservação do meio ambiente nos lugares onde vivem essas populações. Seguiam uma linha de raciocínio de certa forma similar àquela já trabalhada anteriormente por Stephan e Thora Amend (1992), para quem a realocação das populações residentes no interior de unidades de conservação do tipo dos parques nacionais deveria ter o consentimento delas ou, então, dever-se-ia integrar essas populações ao conceito do parque criado. Ainda sobre o mesmo tema, porém numa perspectiva jurídica do problema, Elizabeth Kempf (1993) defendeu o respeito dos direitos de propriedade das populações tradicionalmente residentes nesses locais.

Esse modelo de conservação territorial, no qual prevalece o respeito à moradia das populações tradicionais, contrapõe-se ao modelo clássico utilizado para a criação dos grandes parques nacionais da América do Norte,

21 ADELG, minuta. *Projeto de implantação de um Parque Ecológico Privado na Serra do Guararu e de uma Organização Mantenedora do mesmo*, abril de 2002.

onde se estabeleceu uma absoluta dissociação entre indivíduo e natureza. Nos países latino-americanos, onde a quantidade de populações que podem ser consideradas como tradicionais em relação ao território onde vivem ainda é muito grande, poderia ser mais eficaz a busca de um modelo de gestão integrando os habitantes nativos às novas unidades de conservação criadas.

Essa crença na integração possível entre o humano e a natureza parece estar na base do discurso da proposta de gestão formulada pela SOS Mata Atlântica. Para o diretor de Relações Internacionais da instituição, Mário Mantovani, seria preciso “resgatar a importância da cultura caiçara e devemos envolver a comunidade para que isso aconteça”.²² A palavra resgate remete a uma ideia de recuperação de algo que foi sequestrado. Nesse caso, a cultura caiçara, contaminada pela cultura urbana moderna. Longe de reduzir a isso o projeto da organização ambientalista, porém, a ideia de resgate, tão em voga, descarta a possibilidade, aqui já comentada, de que a troca da antiga atividade econômica principal dessas populações e a consequente integração à sociedade de consumo possa ser realizada sem que com isso haja uma descaracterização completa do caráter caiçara dessas comunidades.

Esse parece ser o argumento usado por Eleni Nogueira, comunicadora social da Prainha Branca, para quem, a partir dos anos 70, com o declínio da pesca em toda a Baixada Santista, a comunidade voltou-se para o turismo²³. Segundo ela, as famílias passaram a criar espaços em seus quintais para hospedagem, venda de bebidas e comidas aos turistas, sem qualquer tipo de infraestrutura. O trabalho a ser realizado, mais do que o resgate cultural, algo que para Eleni nunca se perdeu, deveria estar direcionado para o uso não predatório do turismo como fonte de renda. Valeria Almeida e Claudenice Prado, da Sociedade Amigos da Prainha Branca, esperam manter “o lugar preservado cheio de mata... é para isso que a gente está lutando: para que nossos filhos tenham o mesmo direito que nós tivemos de curtir aquela praia, aquela areia branquinha, limpinha... como nossos pais deixaram para a gente”.²⁴ A questão é: como fazer isso? Eleni Nogueira vê com reservas projetos que pretendem integrar atores sociais tão discrepantes entre si. Em relação à proposta da ADELG, há o claro temor de que as novas atividades

22 Agência Repórter Social, 26/01/2004.

23 Várias conversas mantidas pelo autor com Eleni Nogueira, entre os anos de 2004 e 2006.

24 Depoimento concedido ao autor em 25/01/ 2004.

econômicas que venham a ser desenvolvidas inflacionem a vida dos membros da comunidade, inviabilizando, com o tempo, a permanência dos antigos moradores no vilarejo.

Há muitos interesses conflitantes na região que fazem com que também a proposta consensual da SOS Mata Atlântica seja vista com desconfiança. Na visão do presidente ambientalista da Fundação, o empresário da indústria de celulose Roberto Klabin, basicamente a deterioração ambiental da Serra do Guararu é causada pela ocupação desordenada, pois “convencer a comunidade é muito difícil e existem muitos interesses envolvidos; falta ação do poder público e da comunidade para revertermos esse quadro”.²⁵ O recado é dado principalmente ao patinho feio da Serra, os moradores do bairro Cachoeira. Poderíamos ler esse texto de outra maneira: a comunidade se multiplica, sob vista grossa da municipalidade, permite a entrada de invasores e expande-se sobre áreas que são visíveis para quem trafega pela estrada. O quadro a ser revertido, a que se refere Klabin, é o desmatamento visível da Mata Atlântica à beira da estrada. Já a transformação de enormes maciços florestais em jardins urbanizados, cercados, loteados em mansões, cujas vias não permitem acesso ao público, não é um quadro que preocupe o proprietário, apesar do enorme impacto causado pelo condomínio sobre as áreas de preservação permanente desde sua implantação.

De uma maneira muito mais direta, sem subterfúgios, o item chamado de “problema” na proposta de desenvolvimento apresentada pela ADELG opõe claramente os diferentes atores envolvidos:

De um lado estão condomínios residenciais, marinas e clubes, que por suas características de alto padrão tem funcionado como elementos ordenadores de uso do solo e barreiras naturais contra o uso desordenado e a deterioração ambiental, por outro lado estão casebres, ranchos, palafitas e casas de comércio implantadas em áreas de domínio irregular e de modo precário, provocando a deterioração do meio ambiente²⁶.

Segundo esse raciocínio, o entrave à preservação ambiental do leste da ilha encontra-se nos descendentes dos antigos moradores caiçaras e nas

25 Agência Repórter Social, 26/01/2004.

26 Projeto ADELG *op. cit.*, item 7) Problema.

invasões realizadas pelos atuais moradores em áreas irregulares da Mata Atlântica. A solução passaria pela continuidade de um modelo de ocupação parcelando o solo em grandes lotes, tidos legalmente como regulares, e que funcionariam bloqueando a expansão da pobreza nessa região ou, pelo menos, escondendo-a. Soa com estranheza o conceito estético de um modelo ambientalista mantido com guaritas na entrada de condomínios luxuosos, ou com a construção, em áreas de manguezal aterradas, de darsenas artificiais para as marinas de uso privado. Essas obras de arte, que não constam nos manuais de urbanismo como barreiras “naturais” nem como ordenadoras do uso do solo, tampouco parecem ser instrumentos preservadores da vegetação nativa tropical.

É assim nos aproximamos daquilo que sustenta conceitualmente ambos os projetos. É a questão estética, mais do que a preservação ambiental, o ponto-chave que embasa esses discursos. Porque, se o critério técnico utilizado para definir quais grupos deveriam ter suas ações regradas pela legislação ambiental fosse o da quantidade de área de vegetação de preservação permanente suprimida, a crítica direcionada aos moradores das comunidades locais não se sustentaria ante uma rápida análise das fotografias aéreas da região. Por elas, nota-se que a área ocupada pelos condomínios instalados dentro da região tombada, cujos titulares dos lotes comprados reclamam o direito à propriedade, é enormemente superior à área ocupada pelas duas comunidades tradicionais. Da mesma forma, se fizermos o cálculo da área ocupada na beira da estrada (abaixo da cota 20) pelas marinas e pelos restaurantes aí instalados, veremos, também, que ela é bem maior do que aquela de “ranchos, palafitas e casebres”, no dizer de alguns daqueles proprietários.

Conclusão: o que está em disputa?

Analisando-se o problema pela perspectiva do montante da vegetação da Mata Atlântica suprimida, a questão que incomoda não é aquela motivada pelos maiores responsáveis pela devastação realizada, que são os grandes proprietários de condomínios e marinas.

Inicialmente, temos um problema que se refere menos ao interesse pela preservação do meio ambiente e mais ao interesse do capital, que é a questão

da posse ou, se preferirmos dizer, da propriedade da terra. O que incomoda é que uma parcela das terras mais interessantes do ponto de vista do mercado está ocupada por pessoas pobres, ainda ligadas a uma cultura tradicional, com poucas condições para empreender uma moderna economia capitalista.

O outro problema refere-se ao lugar da ocupação. Evidentemente que do ponto de vista do mercado imobiliário, as terras da Prainha Branca são as mais atraentes. Porém, o tombamento diminuiu o interesse especulativo nessa área, na medida em que impediu a possibilidade da criação de novos loteamentos. Então, passou a ser tolerada e, de certa forma, tornou-se até conveniente, a existência de uma comunidade caiçara funcionando como atrativo turístico. Daí a necessidade urgente do “resgate cultural”, para que o diferencial “caiçara” pudesse ser apropriado economicamente. Já a comunidade do Sítio Cachoeira, que margeia a estrada parque, tornou-se um entrave estético à exploração econômica daquela área, seja essa exploração realizada de forma sustentável ou não. A questão do valor estético da paisagem é fundamental para o sucesso da exploração comercial do território, principalmente nas áreas costeiras (Afonso, 2002).

Na prática, ambos os projetos de preservação aqui apresentados pautam-se pelo mesmo critério estético, mas divergem em relação à quantidade de empreendimentos comerciais possíveis. O que houve foi uma cisão entre os grandes proprietários e possíveis investidores na Serra do Guararu. De um lado, o Condomínio Iporanga, reduto de veraneio de empresários e políticos eleitos com plataformas de defesa do meio ambiente, pressionado por uma ação civil pública contestando o loteamento²⁷, buscou melhorar sua imagem através de uma parceria com uma grande organização ambientalista, aproveitando-se da influência e da participação de alguns condôminos nas questões relativas às políticas ambientais. Como resultado, tivemos um programa de gestão da área que propõe uma solução, acreditando na possibilidade de integração entre os diferentes atores sociais envolvidos. Houve a aposta, um tanto quanto utópica, de que o discurso da conservação do meio ambiente para as gerações futuras pudesse, sem enfrentar os graves conflitos econômicos e fundiários existentes, conciliar os interesses conflitantes em um lugar onde parte dos moradores trabalha como serviçal de um proprietário

27 Ação civil foi impetrada em 2000 e a partir de 2001 iniciou-se o Programa conjunto SOS Mata Atlântica, SASIP.

que chega à sua mansão de helicóptero. Do outro lado, permaneceram praticamente todos os grandes empreendedores da região, reunidos em torno da ADELG com uma proposta clara de desenvolvimento econômico da região, apresentada como desenvolvimento sustentável, baseada no direito inalienável de uso da propriedade, direito esse severamente atingido com o tombamento feito pelo CONDEPHAAT.

Nesse confronto de interesses, não é a preservação do meio ambiente o principal problema em jogo na Serra do Guararu, mesmo porque, de algum modo, a exploração econômica dos recursos naturais, de forma tradicional ou moderna, de forma sustentável ou predatória, será realizada. O que está em jogo é o direito legítimo à posse da terra dos caiçaras em confronto com o direito legal da propriedade de investidores e, a partir daí, como e por quem será realizada a apropriação estética dos recursos naturais existentes. Vinte anos após a conferência Rio 92, quando o conceito de desenvolvimento sustentável ganhou a mídia e o grande público, nota-se que a sustentabilidade confunde-se com a ideia de que os recursos naturais têm necessariamente que gerar um alto valor agregado de troca, ou seja, tornaram-se mera retórica “ambientalista” para legitimar juridicamente a expansão ilimitada do capital.

Referências

AFONSO, C. M. *Uso e ocupação do solo na zona costeira do Estado de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2002.

AMEND, S. & AMEND, T. Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble?. In: _____ (Coord.) *Espacios sin habitante*: Parques Nacionales de América del Sur. Caracas: Nueva Sociedad, 1992.

CALVENTE M. C. *No território do azul-marinho*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: FFLCH/USP, 1993.

CETESB. *Sistema estuarino de Santos e São Vicente*. Programa de Controle de Poluição, 2001.

CHEROBIN, M. *Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo*. Coleção Antropologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. (Org.). *Povos e águas*. São Paulo: NUPAUB/USP, 2002.

DIEGUES, A. C. e ARRUDA, R. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

ELLIS, M. *A baleia no Brasil colonial*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ESTRELLA, A. *Ekos da vida: estudos sobre a comunidade do Perequê*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. São Paulo: PUC/SP, 2004.

HANAZAKI, N. *Ecologia de caiçaras: uso de recursos e dieta*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Instituto de Biologia. Campinas: IB/Unicamp, 2001.

KARWINSKY, B. E. *Contos caiçaras de Guarujá*. Guarujá: Ass. de Folclore e Artesanato, 1999.

_____. *O caiçara*. Guarujá. Associação de Folclore e Artesanato, 1993.

KATINSKY, J. Monumentos quinhentistas da Baixada Santista. *Revista USP*, 41, 1999.

KEMPF E. (Coord.). *The law of mother*. San Francisco: Sierra Club Books, 1993.

LADEIRA, M. I. & AZANHA, G. *Os índios da Serra do Mar*. São Paulo: CTI, 1988.

LUCHIARI, M. T. *Caiçaras, migrantes e turistas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: IFCH/Unicamp, 1992.

MADRE DE DEUS, F. G. *Memórias para a história da Capitania de São Vicente*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

MAESTRI, M. *Terra do Brasil: a conquista lusitana e o genocídio Tupinambá*. São Paulo: Moderna, 1993.

MANSANO, C. *O Homem urbano industrial ensinando o homem tradicional a conservar a natureza*. Relatório de qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: FE/Unicamp, 1997.

MARCÍLIO, M. L. *Caiçara, terra e população*. São Paulo: Paulinas, 1986.

MIRANDA, M. *Proposta de integração urbana para a Comunidade da Cachoeira, na Serra do Guararu, no município de Guarujá/SP*. TFG em Arquitetura. Santos: FAU/UNISANTA, 2004.

MUSSOLINI, G. *Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

PAIVA, A. L. V. *Planejamento ambiental para a comunidade do Monte Cabirão*. Trabalho de Conclusão de Curso em Arquitetura. Santos: FAUS/UNISANTOS, 2003.

- POZZI NETO, D. *Baixada Santista, manguezal e vazamento de óleo: uma valoração econômico-ecológica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. São Paulo: USP, 1996.
- PREZIA, B. & HOORNAERT, E. *Esta terra tinha dono*. São Paulo: CIMI/FTD, 1944.
- RIBEIRO NETO, F. & OLIVEIRA, M. *Estratégias de sobrevivência de comunidades litorâneas em regiões ecologicamente degradadas: o caso da Baixada Santista*. São Paulo: Fundação Ford/UICN/IO/USP, 1989.
- RODRIGUES, F. O. & ROQUETTI-HUMAYTÁ, M. H. *Estudo dos manguezais da Baixada Santista*. Relatório final. São Paulo: CETESB, 1988.
- SANTOS, F. M. *História de Santos*. São Vicente: Caudex, 1937. 2 v.
- SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SCHAEFFER-NOVELLI, Y. *Manguezais brasileiros*. Tese de Livre Docência. São Paulo: IO/USP, 1992.
- SETTI, K. *Ubatuba nos cantos das praias*. São Paulo: Ática, 1985.
- SILVA, L. G. *Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil*. São Paulo: CEMAR/USP, 1993.
- SILVA, A. B. C. *Análise ambiental e tutela do meio ambiente na zona costeira*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. São Paulo: USP, 2000.
- SOS MATA ATLÂNTICA, Fundação. *Estrada Parque*. São Paulo, 2004.
- STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- TULIK, O. *Praia do Góis e Prainha Branca*. São Paulo: Coleção Museu Paulista/USP, 1981.
- VIANNAL. & ADAMS, C. *Conflitos entre populações humanas em Unidades de Conservação em Mata Atlântica*. Relatório de pesquisa. São Paulo: NUPAUB/USP, 1995.
- VICENTE, C. E. *Sítio Conceiçãozinha*. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Santos: UNISANTOS, 2002.

Resumo: Este artigo analisa os processos históricos de ocupação em algumas comunidades da Baixada Santista que ainda mantêm a atividade econômica da pesca (mas não exclusivamente) como a principal característica social do grupo de moradores. Para facilitar o trabalho de campo realizado, foram selecionadas as vilas de Monte Cabráo, do Sítio Cachoeira, e da Prainha Branca, todas situadas na região do canal de Bertioga, entre os municípios paulistas de Santos, Bertioga e Guarujá. Como objetivo final, busca-se entender a importância que o discurso ambientalista assume a partir da década de 1990 nas estratégias políticas usadas tanto pelas populações tradicionais quanto pelos empresários para alcançarem seus objetivos, ou seja, a manutenção da posse da terra e de suas moradias, no caso dos primeiros, e a realização de novos empreendimentos definidos pelo desenvolvimento sustentável, no caso dos segundos.

Palavras-chave: conflito sócio-ambiental, comunidades caiçaras, luta pela terra, ambientalismo.

Cultural and environmental speech of Caiçara fishing communities on the struggle for the land An historical analysis of environmental struggle in the Bertioga Channel at Santos Estuary

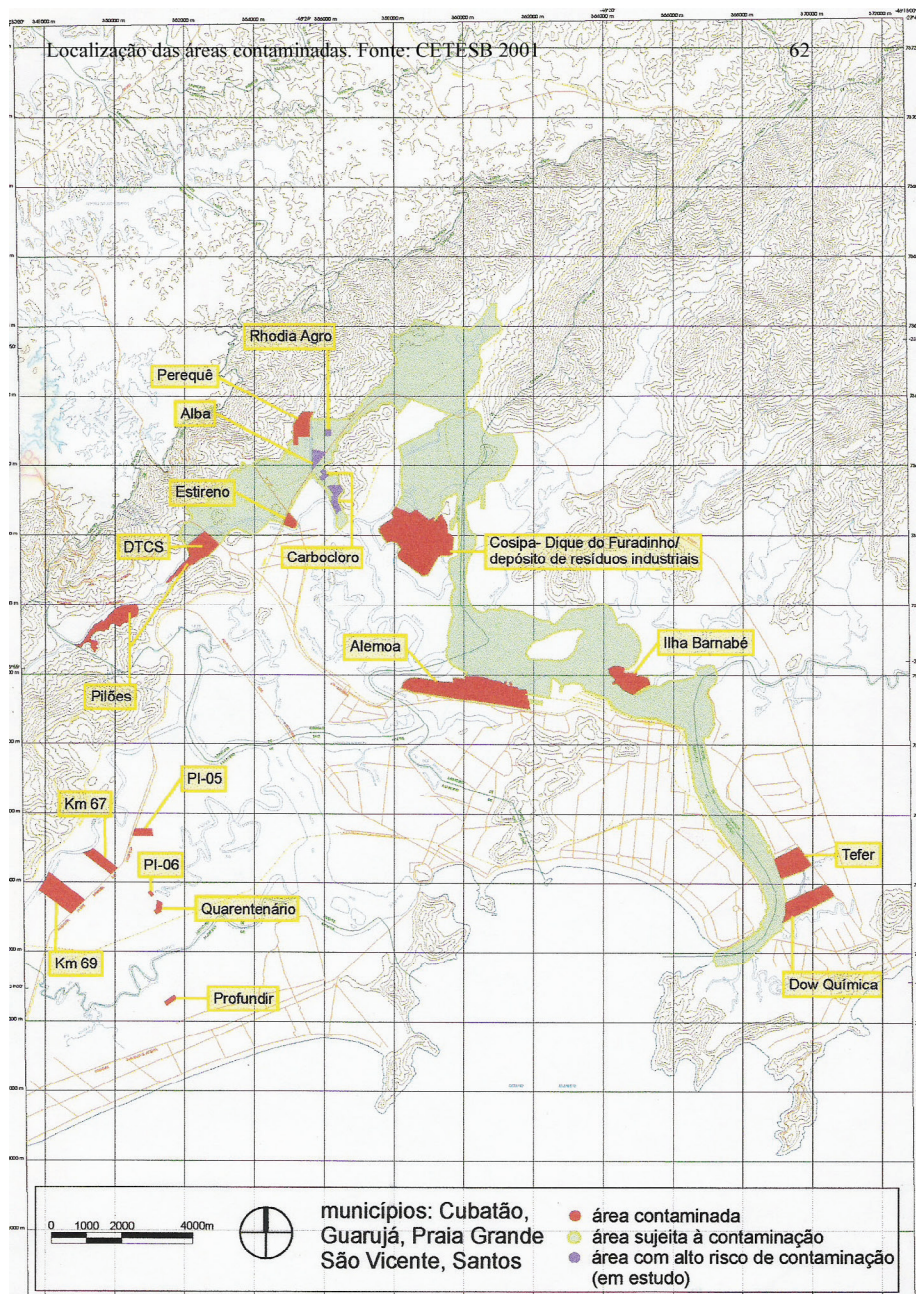
Abstract: This article analyzes in historical perspective some process of land occupation by the Caiçara fishing communities at Santos Estuary. We study only the communities that still have a commercial fishing labour inside the inhabitants group. To make the work easier we have restricted the area of study at three fishing villages (Monte Cabráo, Sítio Cachoeira and Prainha Branca), all of them settled at Bertioga Channel, among Santos, Bertioga and Guarujá towns. We try to understand how important is the environmental speeches developed after the Nineties for the policies strategies used by the traditional populations and also by the owners and entrepreneurs. Both used it to get their objectives: to remain in their villages for the first ones and to build news undertakings based on sustainability development for the second ones.

Key words: environmental struggle, fishing communities, land struggle, environmental speeches.

Recebido em: 07/03/2012

Aprovado em: 27/04/2012

Anexo I



Anexo III

